

## CHAMADA DE TRABALHOS Edição Especial RBC - 2023

### Tributação e Contabilidade: Oportunidades e Ameaças

#### Editores convidados para esta edição especial

*Emanoel Marcos Lima, UFMS ([emanoel.lima@ufms.br](mailto:emanoel.lima@ufms.br))*

*Clovis Antonio Kronbauer, Unisinos ([clovis@unisinos.br](mailto:clovis@unisinos.br))*

*Henrique Formigoni, Mackenzie ([henrique.formigoni@mackenzie.br](mailto:henrique.formigoni@mackenzie.br))*

*Jorge de Souza Bispo, UPBA ([jorgesbispo@gmail.com](mailto:jorgesbispo@gmail.com))*

*José Marcos da Silva, UFU ([josemarco@ufu.br](mailto:josemarco@ufu.br))*

*Otávio Gomes Cabello, Unicamp ([ocabello@unicamp.br](mailto:ocabello@unicamp.br))*

#### CONTEXTO

O Brasil possui atualmente uma das maiores cargas tributárias do mundo, atingindo quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e é o campeão de número de horas despendidas para cumprimento de obrigações acessórias. De acordo com o relatório anual da PWC (2017) os contribuintes precisaram de 2.038 horas para cumprir obrigações acessórias. Esse cenário, acarreta maior custo dos produtos e serviços produzidos. Na recente história do Brasil, os governos, de uma maneira geral, têm adotado medidas que elevaram a carga tributária. Os impostos transformados em receitas são os recursos necessários aos governos para o alcance dos objetivos públicos.

O art. 6º da Constituição Federal de 1988 trata dos direitos sociais e define que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados constituem direitos sociais dos cidadãos. Sendo assim, é dever do Estado, e a população assim espera, promover o bem-estar de toda a sociedade sem pré-conceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, atendendo-a principalmente nas suas necessidades básicas como saúde, educação, trabalho e segurança. Os impostos são o custo de funcionamento que se paga para garantir uma sociedade civilizada: através da arrecadação dos impostos, os governos poderão realizar as atividades para as quais foram constituídos.

Portanto, os tributos se constituem numa forma de transferência de recursos da sociedade para o governo; influenciando no comportamento dos agentes econômicos, ou seja, nas decisões desses agentes no que diz respeito ao uso de seus recursos. No entanto, por vezes, isso pode causar ineficiência na alocação dos recursos como resultado de escolhas que não representam as melhores para a sociedade. Relaciona-se então a carga tributária à ideia de sacrifício, na qual o consumo é compulsoriamente reduzido em troca da provisão de bens públicos que nem sempre atendem satisfatoriamente à sociedade.

Em função da elevada carga tributária e dos seus impactos na vida das empresas e das pessoas físicas, surgem constantemente, no Brasil, discussões e debates sobre a necessidade de se promover uma ampla reforma.

Outra questão preocupante para todos os países é a evasão tributária. Estudos vêm sendo realizados no sentido de identificar as razões que levam o contribuinte a evadir os impostos, bem como o valor da perda de arrecadação derivada da prática da sonegação fiscal.

Na ânsia de arrecadar cada vez mais, em função do aumento das despesas e da necessidade de investimentos públicos, além de provocar elevação da carga tributária os governos têm adotado mecanismos de cruzamento de dados por meios eletrônicos, dificultando qualquer tentativa de sonegação e diminuindo a inadimplência. Por isso, mesmo apurando os tributos de acordo com a legislação e de forma correta, as organizações devem realizar uma adequada gestão, identificando a forma menos onerosa para que a entidade possa manter a sua competitividade.

A legislação tributária desempenha forte influência sobre a contabilidade, gerando conflitos com a legislação societária e estabelecendo, muitas vezes, normas para determinados registros contábeis. Sendo assim, a contabilidade constitui fonte importante e necessária de informações sobre os tributos, tanto para os governos como para os gestores.

Diante dessa realidade, tem aumentando, nos últimos anos, no campo acadêmico e no profissional, o interesse por estudos na área tributária, destacando-se os relacionados com o planejamento tributário.

Pesquisas demonstram a existência, no exterior, de muitos estudos na área tributária, produzidos por contadores e profissionais de outras áreas. No Brasil, a pesquisa tributária na área contábil ainda é incipiente, destacando-se, entretanto, os trabalhos desenvolvidos por Siqueira e Nogueira (2001); Cunha e Teixeira (2004); Pohlmann (2005); Bertolucci (2005); Bispo et. all (2007); Rezende (2017); Martinez (2017) e Cabello e Nakao (2021).

Nessa linha, a presente chamada **tem como objetivo** contribuir para disseminar a pesquisa sobre Tributação e Contabilidade no país, por meio das discussões em torno das ameaças e oportunidades que a temática pode impactar na classe contábil e em toda a sociedade. A contabilidade exerce papel preponderante na gestão das empresas e dos governos, sendo fundamental o compartilhamento de experiências e boas práticas para ajudar, principalmente, no acompanhamento dos gastos públicos, no planejamento tributário e na redução das assimetrias informacionais.

São bem-vindas pesquisas empíricas como, por exemplo, estudos envolvendo empresas públicas e privadas, entidades sem fins lucrativos ou até mesmo a população em geral. A qualidade da pesquisa será avaliada pela sua relevância e contribuições práticas no que se relaciona com a Contabilidade, as Organizações e a População.

Em especial, o interesse da publicação se baseia (mas não se limita) aos seguintes temas, que devem ser desenvolvidos preferencialmente por meio de análise empírica:

- 1. Contabilidade e Política Tributária** – a contabilidade como instrumento para a gestão e arrecadação de tributos, eficiência tributária e elaboração de política tributária.
- 2. Contabilidade e Planejamento Tributário** – o planejamento tributário como pesquisa interdisciplinar, envolvendo estudos sobre juros sobre capital próprio, reestruturação societária, utilização de tributos como estrutura de capital.
- 3. Contabilidade Tributária e o Resultado das Empresas** – impacto dos tributos no resultado

## Revista Brasileira de Contabilidade - RBC

das empresas; carga tributária das empresas; tributos diretos e indiretos; contabilidade tributária como instrumento de auxílio à gestão das empresas e diferenças entre a contabilidade societária e tributária.

4. **Oportunidades e Ameaças da Legislação para a Profissão Contábil** – mudanças na legislação tributária e contábil; complexidade do sistema tributário e dificuldades na aplicação das normas tributárias e contábeis.
5. **Tributação sobre a produção e o consumo** – sistema tributário brasileiro; impacto dos tributos sobre a produção e consumo; impacto dos tributos sobre a renda das famílias e a relação do princípio da capacidade contributiva e os tributos sobre a produção e consumo.
6. **Incentivos fiscais** – impactos no desenvolvimento do país; benefícios para a sociedade; instrumentos contábeis para avaliação dos resultados e impacto nos resultados das empresas.
7. **Administração Tributária** – a gestão de tributos sob a ótica do agente arrecadador.; melhoras práticas; eficiência de arrecadação; sistematização.
8. **Agressividade Tributária** – determinantes de elisão tributária considerando características das organizações no nível empresa; incentivos organizacionais e características do ambiente fiscal (domicílio fiscal/guerra fiscal).

### REGRAS DE SUBMISSÃO:

1. O artigo poderá ser submetido com até 4 autores.
2. Deve ter entre 10 (dez) e 15 (quinze) páginas, incluídos o resumo, considerações finais e/ou conclusão e referências.
3. Os trabalhos encaminhados para publicação na **Revista Brasileira de Contabilidade** deverão ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outros veículos de publicação, impressos ou eletrônicos.
4. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na Revista Brasileira de Contabilidade, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (internet, e- book etc.).
5. O envio de material para a revista implica declaração tácita de ineditismo do estudo.
6. O(s) autor(es) não poderá(ão) submeter mais de um artigo para a presente chamada.
7. Os trabalhos submetidos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.
8. Os artigos publicados nesta Edição Especial não concorrem ao Prêmio Olivio Koliver.
9. Atendimento integral às demais regras da revista:  
<https://cfc.org.br/revista-brasileira-de-contabilidade-rbc/>
10. Contato e submissão: [rbcartigos@cfc.org.br](mailto:rbcartigos@cfc.org.br)

### DATAS IMPORTANTES

- **Submissões para a chamada:** entre 15/janeiro/2023 e 15/maio/2023
- **Retorno para os autores para correção e ajustes:** 30/junho/2023
- **Entrega da versão final pelos autores:** 10/julho/2023

- **Resultados devem ser divulgados até 06/setembro/2023**
- **Previsão para publicação: 21 a 23 de setembro 2023**
- **Publicação estimada: até 6 artigos**

O objetivo da publicação da chamada especial não deve ser de promoção (ou críticas) diretas ou indiretas às empresas ou organizações, ou qualquer outro tipo de promoção. Dessa forma, pesquisas que apresentem esses indícios serão desconsideradas.

## REFERÊNCIAS:

Andrade, J. (2015). Reforma tributária no Brasil e seus impactos na redução da desigualdade: uma análise das Propostas de Emenda à Constituição sob a perspectiva da justiça fiscal. *Gestão e Sociedade*, 9(22), 832-852.

Bertolucci, A.V. (2005). O custo de administração de tributos federais no Brasil: comparações internacionais e propostas para aperfeiçoamento. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Bispo, J.de S.; Calijuri, M.S.S., Bruna, C., Lima,I.S.(2007). A Importância dos Dados Contábeis para a Relação entre Carga Tributária, Tamanho e Setor Econômico das Empresas Brasileiras. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Custos – João Pessoa – PB, Brasil, 05 de dezembro a 07 de dezembro de 2007

Cabello, O. G., & Nakao, S. H. (2021). Complexidade, conformidade e arrecadação tributária. *Economia e Sociedade*, 30, 1033-1050. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n3art10>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Técnicos CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Acesso em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>

Cunha, A.; Teixeira, A. (2004). The impacts of trade blocks and tax reforms on the Brazilian economy. (Vol. 58, i. 3, p. 325-242). *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV.

Devereux, M. P., Maffini, G., & Xing, J. (2018). Corporate tax incentives and capital structure: New evidence from UK firm-level tax returns. *Journal of Banking & Finance*, 88, 250-266.

Davidson, C., & Martin, L. W. (1985). General Equilibrium Tax Incidence under Imperfect Competition: A Quantity-setting Supergame Analysis. *Journal of Political Economy*, 93(6), 1212-1223. <https://doi.org/10.1086/261356>

Goh, B. W., Lee, J., Lim, C. Y., & Shevlin, T. (2016). The Effect of Corporate Tax Avoidance on the Cost of Equity. *The Accounting Review*, 91(6), 1647-1670. <https://doi.org/10.2308/accr-51432>

Khurana, I. K., Moser, W. J., & Raman, K. K. (2018). Tax Avoidance, Managerial Ability, and Investment Efficiency: tax avoidance & invest. *Abacus*, 54(4), 547-575. <https://doi.org/10.1111/abac.12142>

Lima, E. M. (2016). Incentivo público às empresas para utilizarem os tributos como estrutura de capital. *Anais do Congresso UNB de Contabilidade e Governança*, Brasília, Brasil.

Lopo Martinez, A., & Reinders, A. P. G. S. (2018). Qual o efeito da agressividade tributária na rentabilidade futura? uma análise das companhias abertas brasileiras. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 5(1), 3.

Martinez, A.L., & Silva, R. F. (2017). Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 240-251. <https://doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p240-251>

Modigliani, F., & Miller, M. H. (1963). Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. *The American economic review*, 53(3), 433-443.

Paes, N. L. (2012). O Parcelamento Tributário e Seus Efeitos sobre o Comportamento dos Contribuintes. *Revista Economia*.

Pohlmann, M. C.(2005). Contribuição ao estudo da classificação interdisciplinar da pesquisa tributária e do impacto da tributação na estrutura de capital das empresas. (273 p.) Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

PWC. *Paying taxes*. 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/paying-taxes/pdf/pwc-paying-taxes-2017-post-filing-key-findings.pdf>.

Rezende, A.J. (2015). Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. Tese de Livre Docência da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Siqueira, R.; N J. R.; Souza, E. (2001). A incidência final dos impostos indiretos no Brasil: efeitos da tributação de insumos. (Vol. 55, i. 4, p. 513-544). *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV.

Smith, A. (1988). *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural.